

REFLEXÕES ACERCA DO PROCESSO DE AUTOFORMAÇÃO A PARTIR DA AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Giullia Cristina Mulato Venancio ¹
Agda Cassia Mulato Venancio ²
José Carlos de Melo ³

RESUMO

O presente artigo busca apresentar narrativas da comunidade escolar de uma instituição de Educação Infantil a cerca de um relato de experiência vivido a partir do documento de auto avaliação participativa institucional a respeito da Qualidade da Educação Infantil, documento este criado pela Secretaria de Educação Básica do MEC, da Ação Educativa, da Fundação Orsa, da UNDIME e do UNICEF. A auto avaliação foi criada com o objetivo de auxiliar as equipes que trabalham na educação infantil, trazendo a comunidade, pais e professores a discutirem e auto avaliarem a instituição de educação infantil a qual estão inseridos, atendendo as crianças pequenas e/ou bem pequenas. Neste sentido, o presente trabalho irá narrar às considerações feitas a partir da experiência de discussões vividas no processo de auto avaliação demonstrando a amplitude e o potencial do documento na perspectiva da busca pela qualidade da educação infantil. Tendo como principal objetivo investigar as contribuições da auto avaliação dos indicadores de qualidade da educação infantil para a garantia de direitos dentro da instituição de educação infantil. Analisando em que medida o documento de auto avaliação contribui para o aprendizado da comunidade escolar acerca de direitos básicos dentro da educação infantil, possibilitando a construção de saberes dialogando entre os momentos da avaliação e o que dizem os documentos oficiais.

Palavras-chave: Educação Infantil, Auto avaliação, Indicadores de Qualidade.

INTRODUÇÃO

Esta investigação é resultado de um relato de experiência vivenciado em uma instituição de ensino de Educação Infantil no município de São José de Ribamar a partir da avaliação institucional dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, avaliação esta

¹Especialista em Educação Infantil e em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica pela Faculdade Intervale (2019). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão– UFMA (2018). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Educação Infância & Docência da UFMA (GEPEID/UFMA). Atualmente é Professora da Educação Básica vinculada a Secretaria Municipal de Educação de São Jose de Ribamar, giulliamulato@hotmail.com;

²Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Educação Infância & Docência da UFMA (GEPEID/UFMA), cassia_giovannamulatto@hotmail.com;

³Pós-doutor em Educação pela Universidade Católica de Santos – UNISANTOS. Atualmente, é docente associado do departamento de Educação II na UFMA, docente do Programa de Pós Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica – PPGEEB, é professor Adjunto IV na UFMA. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Infância & Docência (GEPEID/UFMA). Membro do Grupo de Pesquisa Educação, Sociedade e História da UNISANTOS. Atualmente Coordena o curso de Especialização em Metodologia do ensino Superior – CEMES, mrzeca@terra.com.br;



desenvolvida a partir do instrumento de auto avaliação da qualidade das instituições de Educação Infantil elaborado pelo Ministério da Educação- MEC no ano de 2009, e que visa subsidiar uma auto avaliação institucional nos mais diversos aspectos que circundam a Educação Infantil partindo de um processo participativo e aberto a toda a comunidade.

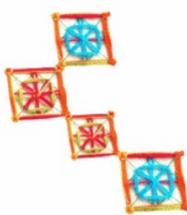
Nossa análise tem como principal objetivo investigar as contribuições da auto avaliação dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil para a garantia de direitos dentro da instituição de Educação Infantil, apresentando as narrativas da comunidade escolar de uma instituição de Educação Infantil a cerca de um relato de experiência vivido a partir do documento de auto avaliação participativa institucional a respeito da Qualidade da Educação Infantil, documento este criado pela Secretaria de Educação Básica do MEC, da Ação Educativa, da Fundação Orsa, da UNDIME e do UNICEF.

Para o desenvolvimento do trabalho, foi necessário uma revisão bibliográfica acerca do tema proposto, retomando autores que perpassam pela área de Educação Infantil e também autores que discorrem sobre avaliação e auto avaliação em instituições de educação básica, a saber: Kuhlmann Jr. (2010), Oliveira (2001), Ribeiro (2010), Thuler (1998), além de documentos oficiais, tais como: a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2018), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEIS (2009) e o Documento de Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (2009).

Assim, apresentamos que muito além de apenas avaliar as ações e aprendizagem das crianças na instituição, o processo de auto avaliação fez que com pais, gestores, professores e demais membros da comunidade escolar pudessem se apropriar e conhecer direitos e aspectos que devem ser trabalhados e incluídos desde espaços escolares ao desenvolvimento da autonomia da criança dentro do desenvolvimento do trabalho.

METODOLOGIA

A presente investigação prezou pelo enfoque qualitativo, de cunho exploratório, com enfoque em estudo desenvolvido a partir de investigação em uma de Educação Infantil pertencente à rede municipal, na qual foram realizadas levantamento de dados baseadas na observação participante durante o período de auto avaliação institucional dos Indicadores de Qualidade na Educação Infantil e em entrevistas semiestruturadas com os participantes,



possibilitando a construção de saberes dialogando entre a teoria, os documentos oficiais e a realidade.

Como forma de produção e socialização de conhecimentos no fazer pedagógico foi necessária uma revisão bibliográfica sobre o tema em questão para a apropriação de novos conhecimentos, utilizando-se autores/as como: dentre outros/as. Segundo Gil (2002) a pesquisa bibliográfica é

[...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (GIL, 2002, p.44).

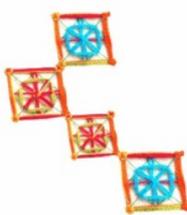
Diante das questões e dos objetivos colocados, optamos por conduzir a investigação por meio de alguns processos, a saber: observação não participante e entrevistas com a comunidade escolar. Um dos instrumentos de coleta de dados pertinente a esta abordagem metodológica trata-se da entrevista semiestruturada, pois, segundo Minayo (2000)

Os participantes são escolhidos a partir de um determinado ponto, cujas ideias e opiniões sejam do interesse da pesquisa. A abrangência do tema pode exigir uma ou várias sessões: Essa estratégia de coleta de dados é geralmente usada para focalizar a pesquisa e formular questões mais precisas, complementar informações sobre acontecimentos peculiares a um grupo em relação a crenças, atitudes e percepções, desenvolver hipóteses de pesquisa para estudos complementares. (MINAYO, 2000, p. 129-130).

Para análise dos dados e informações coletadas durante a pesquisa utilizamos a análise de conteúdo, sendo uma técnica de análise de dados de pesquisa qualitativa, pois “através da análise de conteúdo, podemos encontrar respostas para as questões formuladas e também podemos confirmar ou não as afirmações estabelecidas antes do trabalho de investigação (hipóteses)” (GOMES, 2000, p.74).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo da história da Educação Infantil diversos direitos foram adquiridos por meio de lutas e conquistas, porém é de se reconhecer que diversos documentos trazem a educação infantil como uma etapa da educação com suas especificidades, tais quais o RECNEI(1997), DECNEI (2010) e até mesmo a Base Nacional Curricular Comum- BNCC (2017), tais documentações a nível nacional normatizam e orientam a organização da educação infantil no Brasil, entretanto, reconhecemos que enquanto em documentos oficiais,



tais como o DECNEI (2010) já prevejam que os currículos de Educação Infantil busquem articular práticas e experiências que promovam o desenvolvimento integral da criança. Entretanto, na prática muitas concepções ainda precisam ser revistas, desde a concepção da proposta pedagógica até mesmo a organização de espaço, tempo e materiais. Sobre o aspecto da avaliação Ribeiro (2010) salienta que

A avaliação democrática parte do princípio do reconhecimento do outro como sujeito de direitos, como voz presente, como necessário ao processo democrático para que estes não seja pela metade, o que significa excludente (p.38).

Sobre o processo de auto avaliação (M. RUNKEL et al., 1979 APUD Thuler, 1998) apresenta um conjunto de procedimentos que tornam a escola capaz de resolver seus próprios problemas, sendo eles:

1. o diagnóstico;
2. a coleta de dados;
3. o desenvolvimento de ações coordenadas;
4. a supervisão.

Assim, Thuler (1998) evidencia que o mais importante não se trata apenas o ato de avaliar, mas as ações que devem ser desenvolvidas após as informações obtidas

Insistir na auto-regulação das escolas implica lhes conceder uma autonomia importante, tanto no estágio da explicitação dos critérios e do diagnóstico quanto no das ações empreendidas. Essa concepção rompe radicalmente com as práticas burocráticas e centralistas ainda atualmente em vigor na maior parte dos sistemas escolares (Thuler, p. 178, 1998).

Questões como estas que parecem ser tão simples, quando avaliadas, trazem a tona a nossa dificuldade em propiciar esse direito às crianças, porém reafirmam o nosso compromisso em ofertar uma educação que propicie as crianças seu desenvolvimento integral. Neste sentido, trazemos alguns aspectos debatidos pela instituição a partir do documento de auto avaliação. Em relação à nomenclatura “qualidade” ressaltamos o que diz Kuhlmann Jr. (p.190, 2010) “Não se pode aceitar que a defesa da qualidade seja desvinculada de nossa trajetória de lutas (...) – propostas que têm seguido sempre a perspectiva não do consumo, do mercado, mas do direito de todos a uma vida digna”.



O documento de auto avaliação, composto por sete itens que deveriam ser avaliados, sendo eles:

1. Avaliação da dimensão planejamento institucional,
2. Avaliação da dimensão multiplicidade de experiências e linguagens,
3. Avaliação da dimensão interações,
4. Avaliação da dimensão promoção a saúde,
5. Avaliação da dimensão espaços, materiais e mobiliários,
6. Avaliação da dimensão formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais, e por último,
7. Avaliação da dimensão cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social.

A plenária de discussões realizadas pela comunidade escolar se organizou em momentos de alternância entre a escolha de uma cor a ser atribuída a cada requisito (Cor verde: atende a necessidades; Cor amarela: atende parcialmente, mas requer atenção; Cor vermelha: merece providencias imediatas) e momentos de discussões para buscar um denominador comum de cor a ser atribuída a cada indicador.

Em relação ao primeiro item de avaliação, as discussões permearam em avaliar se a escola possuía uma proposta pedagógica consolidada, se o planejamento, acompanhamento e a avaliação condiziam com o reconhecimento das especificidades da etapa da educação a qual as crianças estavam vivenciando, vale ressaltar que ao longo de todo o processo de auto avaliação acabou que ocorrendo um processo de formação da comunidade escolar no aprendizado de diversas questões relativas à educação infantil, pois segundo os próprios relatos de entrevistados, não reconheciam o papel da professora com a necessidade por exemplo do registro e do acompanhamento do desenvolvimento das crianças.

Em relação ao segundo quesito de avaliação foram trazidas questões relativas ao desenvolvimento da autonomia das crianças, relação entre ambiente natural e social, vivencia nas múltiplas linguagens: plásticas, simbólicas, musicais e corporais, estimulação entre linguagem oral e escrita, e a inda, a valorização das diferenças entre si e o outro.

No quesito Avaliação da dimensão interações trouxeram a tona o papel da instituição em relação ao respeito à dignidade, o ritmo, à identidade, desejos, interesses, ideias, conquistas, produções e a interação entre crianças e crianças, aqui foram pontuadas questões positivas e negativas em relação a instituição de educação infantil na promoção destes direitos.



No tópico Avaliação da dimensão promoção a saúde foram avaliadas questões referentes a responsabilidade pela alimentação saudável das crianças, limpeza, salubridade, conforto e segurança, neste tópico a comunidade narrou o que precisava ser revisto em relação a merenda escolar, a limpeza do ambiente e até mesmo a segurança da escola.

Em relação à dimensão do espaço, materiais e mobiliários muitas questões reforçaram os momentos de debates à medida que foram avaliados se o espaço era propício ao aprendizado das crianças, se os materiais eram acessíveis as crianças, se era garantido um ambiente adaptado a crianças com necessidades especiais, se o material pedagógico atendia a demanda do ano letivo, entre outros aspectos.

Aqui muitos pais puderam expressar seu descontentamento em relação à precariedade dos mobiliários, do tamanho da sala de aula e da falta de espaços destinados a brincadeiras. Em relação à avaliação da dimensão formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais, foram debatidas questões relativas a formação inicial e continuada das professoras, e ainda, condições de trabalho adequadas.

Neste aspecto, as professoras puderam narrar suas dificuldades de atuação profissional e a comunidade escolar pode conhecer diversos fatores que influenciam diretamente a educação das crianças. O último aspecto da avaliação, intitulado cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social, foram discutidas questões relativas ao acolhimento pela instituição as famílias das crianças, o direito ao acompanhamento das vivências e produções das crianças dentro do ambiente escolar, e a participação e a proteção da criança por meio do Conselho tutelar e outros órgãos que garantem a proteção dos direitos das crianças.

Assim, foram discutidos aspectos relativos ao papel da escola na responsabilidade de proteção as crianças, e ainda, o papel da família na educação e desenvolvimento das crianças. Durante todo o processo de avaliação diversas questões foram revistas e analisadas, além de questões importantes a serem pensadas pelas professoras, gestão escolar e pelos pais na busca pela garantia de uma educação de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de auto avaliação escolar propiciou a todos os envolvidos repensarem as práticas de educação infantil e a traçarem estratégias para sanar as dificuldades encontradas durante o processo de avaliação, tais quais elaboradas através de um plano de ação que



buscou sistematizar os problemas encontrados, as ações que deverão ser realizadas, os responsáveis e os prazos.

Como relatado, muito além de apenas apresentar os problemas ou evidenciá-los, o processo de auto avaliação institucional ultrapassou o ato de apenas evidenciar as lacunas e problemas no desenvolvimento do trabalho com crianças, propiciando uma formação dos sujeitos ali presentes à medida que trouxe a reflexão diversos aspectos que devem estar inseridos dentro do contexto da Educação Infantil. Assim, à medida que se desenvolveu o ato de avaliar passou a ser redimensionando ao ato de auto formação dos sujeitos ali presentes.

Sabemos que o processo trata-se apenas do primeiro passo para que as crianças possam ter garantidos questões básicas para sua formação, porém questionamos que dentro de um processo que visa ser tão democrático e aberto não sejam abertos diálogos aos principais sujeitos: as crianças. Compreendemos que as crianças assim como evidenciadas como sujeitos de direitos, na busca por uma avaliação que vise indicar aspectos que levem a formação integral devem também ser ouvidas, pois muito além de serem apenas sujeitos, estas são os atores principais dentro do processo e certamente tem muito a dizer e a contribuir para o desenvolvimento e progresso da Educação Infantil.

Assim, reiteramos que o principal objetivo da auto avaliação não se trata de avaliar ou fazer disputas entre a melhor ou pior escola, ou ainda, aquela que cumpre mais e a que não cumpre, pois como vimos diversos aspectos que permearam a avaliação não dependem apenas da instituição e dos sujeitos que nela estão presentes, a exemplo da estrutura física, que dependeria de investimentos por parte do poder público.

Neste sentido, muito além de reconhecer a necessidade de aperfeiçoamento caberiam outras discussões acerca do conjunto de atores que devem buscar a garantia de instituições de Educação Infantil públicas, gratuitas e de qualidade. Percemos assim o potencial investigador a partir do documento de Indicadores de Qualidade da Educação Infantil que embora já possua mais de 10 anos ainda é pouco disseminado, conhecido e debatido dentro da educação básica brasileira.



REFERÊNCIAS

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)].LDB [recurso eletrônico]: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 14. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. – (Série legislação; n. 263 PDF).

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 5/2009. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Base Nacional Curricular Comum**. Brasília, D.F. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 01 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a Educação Infantil**. Volume 1. Brasília: MEC/SEF,1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB,2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Indicadores de qualidade na educação infantil**. Brasília: MEC, SEB,2009.

KUHLMANN JR, Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

OLIVEIRA, Zilma Morais. (org.) **Educação Infantil: muitos olhares**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

Ribeiro, B. **A qualidade na educação infantil: uma experiência de auto avaliação em creches da cidade de São Paulo**. 2010. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Pontificia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

THURLER, M.G. **A eficácia das escolas não se mede: ela se constrói, negocia-se, pratica-se e se vive**. In: Fundação para o Desenvolvimento da Educação. Sistema de avaliação educacional. São Paulo: SEE, 1998. p.175-204.